

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

PAUTA DA 35ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

21/08/2013 QUARTA-FEIRA às 07 horas e 30 minutos

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice-Presidente: Senador Sérgio Petecão



Comissão de Serviços de Infraestrutura

35° REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3° SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54° LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 21/08/2013.

35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA Quarta-feira, às 07 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Tratar do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social	10

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 72/2013	SEN. JOSÉ PIMENTEL	11
'	- Não Terminativo -	SEN. SOSET INICIATES	
	PLC 46/2013		
2	- Não Terminativo -	SEN. JORGE VIANA	21
	RQI 39/2013		
3	- Não Terminativo -		29
_	RQI 42/2013		
4	- Não Terminativo -		32

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(63)(64)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES		
Bloco	de /	Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)		
Lindbergh Farias(PT)	RJ	(61) 3303-6426 / 6427	1 Humberto Costa(PT)	PE	(61) 3303-6285 / 6286
Delcídio do Amaral(PT)	MS	(61) 3303-2452 a 3303 2457	2 José Pimentel(PT)	CE	(61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)	AC	(61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Wellington Dias(PT)	PI	(61) 3303 9049/9050/9053
Walter Pinheiro(PT)	ВА	(61) 33036788/6790	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ	(61) 3303-5730
Acir Gurgacz(PDT)(50)(37)(38)(51)	RO	(61) 3303- 3132/1057	5 Pedro Taques(PDT)	MT	(61) 3303-6550 e 3303-6551
João Capiberibe(PSB)(25)	AP	(61) 3303- 9011/3303-9014	6 Lídice da Mata(PSB)(76)	ВА	(61) 3303-6408/ 3303-6417
Inácio Arruda(PCdoB)	CE	(61) 3303-5791 3303-5793	7 Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM	(61) 3303-6726
В	осо	Parlamentar da Ma	ioria(PV, PSD, PMDB, PP)		
Clésio Andrade(PMDB)(40)(32)(54)(39)(53)	MG	(61) 3303-4621 e 3303-5067	1 Romero Jucá(PMDB)(32)(61)	RR	(61) 3303-2112 / 3303-2115
Lobão Filho(PMDB)(32)(61)	MA	(61) 3303-2311 a 2314	2 Sérgio Souza(PMDB)(10)(32)(17)(61)(9)	PR	(61) 3303-6271/ 6261
Eduardo Braga(PMDB)(32)(61)	AM	(61) 3303-6230	3 Ricardo Ferraço(PMDB)(32)(61)	ES	(61) 3303-6590
Valdir Raupp(PMDB)(32)(61)	RO	(61) 3303- 2252/2253	4 Roberto Requião(PMDB)(32)(16)(61)	PR	(61) 3303- 6623/6624
Vital do Rêgo(PMDB)(67)(32)(61)	РВ	(61) 3303-6747	5 Waldemir Moka(PMDB)(32)(28)(29)(18)(61)	MS	(61) 3303-6767 / 6768
Jader Barbalho(PMDB)(32)(61)(73)	PA	(61) 3303.9831, 3303.9832	6 Ivo Cassol(PP)(32)(61)	RO	(61) 3303.6328 / 6329
Ciro Nogueira(PP)(32)(61)	PI	(61) 3303-6185 / 6187	7 Francisco Dornelles(PP)(24)(32)(22)(23)(30)	RJ	(61) 3303-4229
Sérgio Petecão(PSD)(33)(45)(57)(36)(46)	AC	(61) 3303-6706 a 6713	8 Kátia Abreu(PSD)(33)(57)(36)(34)(60)(61)	ТО	(61) 3303-2708
	Е	Bloco Parlamentar I	Minoria(PSDB, DEM)		
Cícero Lucena(PSDB)(62)(58)(74)	РВ	(61) 3303-5800 5805	1 Aécio Neves(PSDB)(58)	MG	(61) 3303- 6049/6050
Flexa Ribeiro(PSDB)(58)	PA	(61) 3303-2342	2 Alvaro Dias(PSDB)(58)	PR	(61) 3303- 4059/4060
Lúcia Vânia(PSDB)(8)(58)(11)	GO	(61) 3303- 2035/2844	3 VAGO(70)(14)(58)(11)		1000/1000
Wilder Morais(DEM)(35)(43)	GO	(61)3303 2092 a (61)3303 2099	4 Jayme Campos(DEM)(44)(35)	MT	(61) 3303- 4061/1048
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)					
Fernando Collor(PTB)(69)	AL	(61) 3303- 5783/5786	1 Gim(PTB)(69)	DF	(61) 3303- 1161/3303-1547
Blairo Maggi(PR)(42)(52)(69)(66)	MT	(61) 3303-6167	2 VAGO(75)(69)		
Vicentinho Alves(PR)(41)(69)(72)(71)	ТО	(61) 3303-6469 / 6467	3 Eduardo Amorim(PSC)(48)(55)(49)(69)(65)	SE	(61) 3303 6205 a 3303 6211
Alfredo Nascimento(PR)(69)	AM	(61) 3303-1166	4 Antonio Carlos Rodrigues(PR)(69)	SP	(061) 3303.6510, 6511 e 6514

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando
- Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Cl.
 Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na (2)
- sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros (3)
- titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a Cl. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a Cl. (4)
- Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio (5) Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin
- Fullibetto Costa, Jose Filletinet, Weilington Lass, Marcelo Crivolat, Vicentinia Vicentinia (1997) and Como membros suplentes, para comporem a Cl. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, (6) Ricardo Ferraco, Eduardo Braga, Ciro Noqueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a Cl.
- Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme (7)Campos como membro suplente, para comporem a Cl.
 Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição
- (8)
- Em 23.03.2011, o Senador Manio Codio è designato con constitución de Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

 Em 10.05.2011, o Senador Gilvam Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (10)
- (Of. nº 141/2011-GLPMDB). Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao (11)
- Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

 Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11,
 conforme ROS n°8 484 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

 Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição (12)
- (13)
- ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB). Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário (14)Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011. (15)
- Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da (16)
- Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 GLPMDB). Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato. (17)
- (18)
- (19) Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular. Senador Ivo Cassol (Of. nº
- 656/2011-GSICAS). Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011. (20)
- (21)Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos (22)nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. № 308/2011-GLPMDB).
- (23)
- Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio (24)
- (25)
- Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o (26)
- afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC). Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo (27)Crivella (Ch. nº 30/2012 - GLDBAG).

 Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28)
- Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012). (29)
- (30)Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular. Senador Eduardo Amorim
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o (31)OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele
- Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, (32)Em 13-4.2012, i o 100 o 0 0 : 67/2012, da Lideratiga do Bioco Parlamentar da Maloria, designando os Senadores Vadini Raupp, walderni moka, Lobad Finlo, Vital do Règo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a Cl. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse a provado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

 As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
- (33)
- (34)
- Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na (35)
- Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
 Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o (36)
- Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

 Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12. (37)
- (38)Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz
- (Of nº 088/2012-GLDBAG).
 Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os (39)
- Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir (40) Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012). Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs
- (41)
- 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLIDFOR/SF). Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (42)
- (43)
- (44)
- (OF. № 045/12-GLDEM).
 Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. № 045/12-GLDEM).
 Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS (45)
- nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº (46)
- 55/2012 GLPSD).
 Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a (47)
- integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

 Em 17.10.2012, foi lido do Assessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos (48)
- termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos para Assuntos Leg
- Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
 Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-(49)
- (50)172/2012). Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz
- (51)
- (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
 Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012. (52)
- (53)
- (54)Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
- (55)Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular. Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- (56) Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular. Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013
- Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga (57)de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
 Em 07.2.2013, foi lido o Of. № 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros
- titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.

 Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado
- (59)
- (OF. nº 001/2013 CI). O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de (60)
- 19.02.2013. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Romero, Jucá. Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, (61)Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na
- Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB). (62)
- Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) (63)

(58)

- "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justica Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
- Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa

- (64) Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
- Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013). (65)
- Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (66)
- (Of. BLUFOR nº 63/2013). Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo (67)Em 13.03.2013, o Setiauoi vital do Rego e designado momero actual. El 2007 Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).

 Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (68)
- (69) Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013). Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
- (70)
- Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013. (71)
- (72) Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº
- 86/2013-BLUFOR) Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício (73)
- Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
 Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB) (74)
- (75) Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
- Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo (76)Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA TELEFONE-SECRETARIA: 3303-4607

FAX: 3303-3286

PLENÁRIO Nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3292

E-MAIL: scomci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COMISSÕES COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Em 21 de agosto de 2013 (quarta-feira) às 07h30

PAUTA

35ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

1ª PARTE	Audiência Pública
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

1ª PARTE

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Tratar do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 29/2013, Senador Fernando Collor

Convidados:

· Ozires Silva

Reitor do Centro Universitário Monte Serrat - UNIMONTE

· Ricardo Paes de Barros

Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

· Denis Mizne

Diretor Executivo da Fundação Lemann

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.

Autoria: Presidente da República Relatoria: Senador José Pimentel Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo

Ato nº 4, de 2013-CI)

Textos disponíveis:

Avulso da matéria Comissão de Serviços de Infraestrutura Relatório

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2013

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.

Autoria: Deputado Mendonça Filho

3

Relatoria: Senador Jorge Viana Relatório: Pela aprovação

Textos disponíveis:

Avulso da matéria
Comissão de Serviços de Infraestrutura
Relatório

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 39, de 2013

Com amparo no art. 58, § 2°, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre os custos e os atrasos ocorridos na construção da ferrovia Transnordestina. Para apresentar informações e esclarecimentos, discutir o assunto e responder aos questionamentos dos senhores Senadores, sugiro que sejam convidadas para a mencionada audiência as seguintes autoridades: 1. Sr. César Augusto Rabello Borges, Ministro dos Transportes; 2. Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em exercício; 3. Sr. Benjamin Steinbruch, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa controladora da Transnordestina Logística S.A. (TLSA).

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Textos disponíveis: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Requerimento

ITEM 4

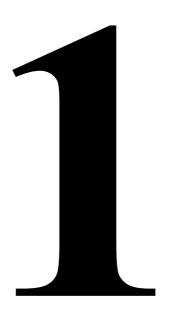
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 42, de 2013

Com fundamento nos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública (Mesa Redonda) ser realizada no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia a fim de ser debater a logística de Transportes do Estado de Rondônia integrando o desenvolvimento da Região Norte, bem como o Sistema Nacional de Viação (composto pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transportes de pessoas e bens, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação, estabelecido pela Lei nº 12.379 de 2011), abordando os seguintes temas: a) Ferrovia Transcontinental trecho Porto Velho- Vilhena; b) BR 319 - A BR-319 faz ligação Porto Velho - Manaus e foi finalizada no final da década de 70, no contexto de colonização da Amazônia, na década de 90 foi asfaltada, e devido à falta de manutenção se tornou intransitável. Hoje a recuperação dos seus 800 quilômetros, está prevista através de recursos do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal; c) Rodovia BR 364 – eixo principal que corta o Estado de Rondônia – de Vilhena a Porto Velho, no estado de Rondonia (restauração e conclusão das travessias urbanas) – as restaurações na rodovia BR- 364 estão inseridas nas obra do PAC 2 , do Governo Federal; d) Rodovias BR 425 restauração e travessias urbanas nos municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré/Ponte Brasil – Bolívia (Decreto nº 6.858, de 25 de maio de 2009, que formalizou o acordo celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia); e)Projeto de Lei 3129/2008 Rodovia BR 080 (acrescenta no trecho da rodovia os municípios de Buritis, Nova Mamoré e Guajará Mirim, no estado de Rondônia) ; f) Rodovia BR 429, importante rodovia do Estado de Rondônia, inclusa nas obras do PAC, que dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange seis municípios rondonienses, Presidente Médici, alvorada do Oeste, são Miguel do Guaporé, Serinqueiras. São Francisco do Guaporé e Costa Marques; g) Rodovia BR 421, é uma rodovia federal localizada no estado de Rondônia, que liga a BR 364, KM 516 (trevo de entrada município Ariquemes) até a cidade de Buritis, passando por Monte Negro e Campo Novo, no estado de Rondônia, restauração e manutenção incluída no PAC II: h) Rodovia BR174 (projeto para pavimentação no trecho entre os municípios de Vilhena no estado de Rondônia e Juina no estado do Mato Grosso); i) Rodovia BR 435 federalizada em 2013; j) Transporte hidroviário e a Hidrovia do Rio Madeira; l) Portos; m) Aeroportos (Interdição do Aeroporto de Guajará Mirim e situação dos demais aeroportos do Estado de Rondônia); n) Sistema Nacional de Viação- SNV. Para tanto, serão convidadas as seguintes autoridades: 1-) Excelentíssimo Sr. César Augusto Rabello Borges – Ministro de Estado dos Transportes; 2-) Excelentíssimo Sr. Fernando Bezerra Coelho – Ministro de Estado da Integração Social; 3-) Excelentíssimo Sr. José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro de Estado Chefe da Secretaria dos Portos da Presidência da República; 4-) Excelentíssimo Sr. Moreira Franco – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; 5-) Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística: 6-) Dr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior – Presidente da VALEC: 7-) Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe – Diretor Geral do DNIT/ e Sr. André Reitz, representante do DNIT/RO; 8-) Dr. Tarcísio Gomes de Freitas – Diretor Executivo do DNIT 9-) Dr. Roger Silva Pêgas – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; 10-) Dr. José Florentino Caixeta - Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; 11-) Sr. Robson Braga – Presidente Confederação Nacional da Indústria, CNI e Sr. Denis Baú, representante em Rondônia- Federação das Indústrias do Estado de Rondônia- FIERO-; 12-) Dr. José Roberto Tadros – Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio- CNC/ e Sr. Raniery Araújo Coelho. representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia- FECOMERCIO/RO; 13-) Sr. Francisco Ferreira Cabral – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia (FAPERON); 14-) Excelentíssimo Sr. Confúcio Moura – Governador do Estado de Rondônia e seu Secretariado; 15-) Deputado Edinho Bez – Coordenador de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional da Câmara dos Deputados; 16-) Além de outros indicados por esta Comissão.

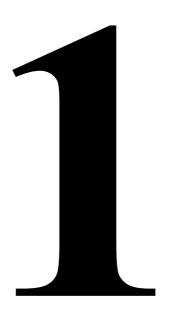
Autoria: Senador Valdir Raupp

Textos disponíveis: Comissão de Serviços de Infraestrutura Requerimento

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA



2ª PARTE - DELIBERATIVA



PARECER N°, DE 2013

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 72, de 2013, da Presidente da República, que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

RELATOR: Senador JOSÉ PIMENTEL

I – RELATÓRIO

Nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

O *curriculum vitae* do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO, anexado à Mensagem Presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

II – ANÁLISE

O Senhor WALDYR MARTINS BARROSO concluiu seu curso de engenharia mecânica na Fundação Técnico - Educacional Souza Marques do Rio de Janeiro em 1992 e fez especialização em engenharia do petróleo na Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro entre 2001 e 2002. Obteve, em 2010, o título de Mestre em Ciências pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo concluído o Curso de Pós Graduação em Processos Químicos e Bioquímicos.

Sua experiência profissional é muito ampla e diversificada. Trabalhou inicialmente na PETROBRAS, entre 1986 e 2002, na função de supervisor de produção do Setor de Desasfaltação e Craqueamento Catalítico Fluido.

De 2002 a 2005, atuou como especialista em petróleo e gás no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, na Divisão de Fiscalização e Verificação da Conformidade da Diretoria da Qualidade.

Em 2005, tornou-se servidor efetivo da carreira de Especialista em Regulação de Petróleo, Derivados, Álcool Combustível, Gás Natural e Biocombustível, e passou a trabalhar na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural.

Paralelamente à sua atuação na ANP, tem sido professor colaborador do curso de Especialização em Petróleo e Gás Natural da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro CEPERJ, bem como do curso de Pós Graduação Executiva em Petróleo e Gás Natural do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ).

É autor de diversas publicações que tratam de biodiesel e regulação de petróleo e gás natural e, também, participou de inúmeros seminários e congressos na área.

III - VOTO

Sua ampla experiência profissional, aliada a formação acadêmica e elevado conceito no campo de especialidade do cargo, estão comprovadas no *curriculum vitae* do indicado.

O indicado, ademais, apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura" do Senado Federal.

Fica, assim, a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Sala da Comissão,

de agosto de 2013.

, Presidente

, Relator



MENSAGEM Nº 72, DE 2013 (№ 320/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Brasília, 1º de agosto de 2013.

Afristell.

CURRICULUM VITAE

I - DADOS PESSOAIS

Nome: **Waldyr Martins Barroso**

Estado Civil: Casado, com 01 filho Data de Nascimento: 18/01/1965, 48 anos

Endereço: Rua Tirol, 756 / 402 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22.750-009

Telefones:

(21) 2443.6321 (21) 7674.9955

E-mail: wbarroso@anp.gov.br

Identidade: 06873192-6 IFP-RJ, expedida em 28/01/1983

CPF: 821.988.967-53

Filiação: Elvira Martins Barroso e Nilton Ferreira Barroso

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Rio de Janeiro

II - FORMAÇÃO ACADÊMICA

Mestrado: Curso de Pós Graduação em Processos Químicos e Bioquímicos.

Escola de Química da UFRJ/RJ (2007 - 2010).

Tema: Formulação de Padrão Específico de Segurança Operacional

para as Plantas Industriais Produtoras de Biodiesel. Obtenção do Título de Mestre em Ciências: 2010.

Orientador: Márcio Nele.

Especialização: Engenharia de Petróleo, UNESA/RJ (2001 - 2002).

> Tema: Carregamento Automático de Catalisador Virgem em Função da Carga Processada na Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido.

Orientadora: Wanda Macedo de Aragão.

Graduação:

Engenharia Mecânica, FTESM/RJ (1986 - 1992). Registro Profissional - CREA/RJ - n°: 1992101013.

2º Grau: Técnico em Mecânica - CEFET/RJ (1981 - 1983).

1º Grau: Escola Estadual Bento Ribeiro/RJ (1972 - 1979).

III - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS ANP -Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural, no período de 01 de dezembro de 2005 até o presente.
 - Atualmente exercendo o cargo de superintendente de Refino e Processamento de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo desde o mês de setembro de 2010.
 - Superintendente adjunto de Refino e Processamento de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo de janeiro de 2007 a agosto de 2010.
 - Membro da Comissão de Ética da Agência Nacional do Petróleo de agosto de 2008 a agosto de 2012, exercendo o cargo de presidente da Comissão de Ética da ANP ao final do mandato.
 - Servidor efetivo da carreira de Especialista em Regulação de Petróleo, Derivados, Álcool Combustível, Gás Natural e Biocombustível - ERPD desde dezembro de 2005.
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO -Divisão de Fiscalização e Verificação da Conformidade da Diretoria da Qualidade, no período de 15 de fevereiro de 2002 a 30 de novembro de 2005.
 - o Especialista em Petróleo e Gás pela Diretoria da Qualidade do Inmetro.
 - Coordenador da Equipe de Verificação da Conformidade da Diretoria da Qualidade do Inmetro no período de fevereiro de 2003 a novembro de 2005.
 - o Servidor efetivo da carreira de Tecnologista NS de fevereiro de 2002 a novembro de 2005.
- Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS / UN-REDUC, no período de 02 de janeiro de 1986 a 14 de fevereiro de 2002.
 - Especialista em Craqueamento Catalítico, na função de supervisor de Produção do Setor de Desasfaltação e Craqueamento Catalítico Fluido.
 - o Funcionário público de carreira da Petrobras de janeiro de 1986 a fevereiro de 2002.
 - o Bolsista da Petrobras em processos de refino de petróleo de junho a dezembro de 1985.
- Petróleo Brasileiro S.A. TRANSPETRO, no período de fevereiro de 1984 a março de 1985.
 - o Estágio Supervisionado em Mecânica (Técnico Mecânico).

IV - EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Pós-Graduação

- Professor colaborador do Curso de Pós Graduação Executiva em Petróleo e Gás Natural da COPPE/UFRJ (desde 2009).
- Professor colaborador do Curso de Especialização em Petróleo e Gás Natural da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ (desde 2011).

• Graduação

 Docente do Curso de Graduação em Engenharia do Petróleo e também do Curso Superior em Tecnologia da Indústria de Petróleo e Gás do Instituto Politécnico da Universidade Estácio de Sá (2006 - 2010).

V - PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

2013	A Evolução da Regulação da Produção de Biodiesel no Brasil - 4th Latin American Meeting for Energy Economics - ELAEE. Montevidéu, Uruguai.
2011	Biofuels in Brasil's Energy Mix - Revista Energy Focus, p. 82-83.
2010	Formulação de Padrão Específico de Segurança Operacional para as Plantas Industriais Produtoras de Biodiesel - 2ª Conferência Latino Americana de Segurança de Processos - Center for Chemical Process Safety (CCPS). São Paulo, Brasil.
2009	Novo Marco Regulatório para os Produtores de Biodiesel - Congresso Latino Americano e do Caribe de Refinação. Mendoza, Argentina.
2009	Melhorias na Regulação do Refino de Petróleo e do Processamento de Gás Natural, com Énfase na Segurança e nos Impactos ao Meio Ambiente - Congresso Latino Americano e do Caribe de Refinação. Mendoza, Argentina.

VI - FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2012	Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública (Carga horária 24h) - Comissão de Ética Pública - CEP da Presidência da República. Brasília, Brasil.
2011	Hydrotreatment Processes (Carga horária 30h) - Instituto Francês de Petróleo - IFP. Rio de Janeiro, Brasil.
2011	Produção de Etanol (Carga horária 27h) - Centro de Tecnologia Canavieira - CTC / União dos Produtores de Cana de Açúcar - UNICA. Rio de Janeiro, Brasil.
2010	Gerência e seus desafios (Carga horária 40h) - Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Rio de Janeiro, Brasil.
2009	Programa de Gestão Avançada (Carga Horária 50h) - Amana-Key. São Paulo, Brasil.
2006	API em Análise de Perigos de Processo para a Indústria de Petróleo e Gás - API University (Carga horária 32h) - ABS Consulting. Rio de Janeiro, Brasil.
2006	Regulação Econômica e Defesa da Concorrência (Carga horária 40h) - Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil.
2006	Investigação e Análise de Incidentes (Carga horária 16h) - IBP/RJ. Rio de Janeiro, Brasil.
2003	Capacitação Sistêmica em Gestão para a Média Administração (Carga Horária 30h) - Amana-Key. Rio de Janeiro, Brasil.
2002	Aperfeiçoamento das Competências do Servidor Público - Inmetro e UFF/RJ (Carga horária 365h). Rio de Janeiro, Brasil.

1998	Industrial Automation Focused in Refining (Carga Horária 30h) - Instituto Francês de Petróleo - IFP. Paris, França.
1998	Visitas técnicas às refinarias da Exxon e Petrofina na Antuérpia / Bélgica e Total em Vissingen / Holanda.

VII - PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS E CONGRESSOS

2012	Sugar & Ethanol Brazil. Palestrante. Securing Ethanol Fuel Output Though Regulation: What are the Implications for the Industry?. São Paulo, Brasil.
2012	World Biofuels Markets Brazil 2012. Palestrante. Opportunities and obstacles in expanding out into next generation fuels. São Paulo, Brasil.
2011	Etanol Summit. Ouvinte. São Paulo, Brasil.
2010	2ª Conferência Latino Americana de Segurança de Processos - Center for Chemical Process Safety (CCPS). Palestrante. Formulação de Padrão Específico de Segurança Operacional para as Plantas Industriais Produtoras de Biodiesel. São Paulo, Brasil.
2009	Congresso Latino Americano e do Caribe de Refinação. Apresentação de Trabalho. Mendoza, Argentina.
2009	10ª Conferência sobre Tecnologia de Equipamentos. Ouvinte. Bahia, Brasil.
2008	Rio Oil & Gas Conference. Ouvinte. Rio de Janeiro, Brasil.
2008	Conferência da Hart Energy. Ouvinte. Rio de Janeiro. Brasil.
2007	Il Seminario Latino Americano y del Caribe de Biocombustibles. Palestrante. La importância de los procedimientos para el control de calidad de los combustibles en Brasil. San Salvador, El Salvador.
2007	3º Seminário sobre a Inserção das Cooperativas no Processo de Produção de Biodiesel. Palestrante. Processo de Obtenção do Registro de Produtor e Comercializador de Biodiesel por Cooperativas.

VIII - IDIOMAS

o Inglês: Curso Avançado de Língua Inglesa - BRASAS (Concluído em 2000). Fala razoavelmente, lê e escreve bem.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2013

WALDYR MARTINS BARROSC

Aviso nº 563 - C. Civil.

Em 1º de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor Senador FLEXA RIBEIRO Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

Publicado no DSF, de 06/08/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS:14116/2013

2ª PARTE - DELIBERATIVA



PARECER N°, DE 2013

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013, do Deputado Mendonça Filho, que dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.

RELATOR: Senador JORGE VIANA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 46, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.729-B, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mendonça Filho, contém dois artigos. Tem o importante objetivo de reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros (art. 1º). O incentivo alcança também os serviços prestados no território de região metropolitana regularmente constituída (parágrafo único do art. 1º). A entrada em vigor da nova lei coincidirá com a data de sua publicação (art. 2º).

Na Justificação, o autor enfatiza a necessidade de oferecer transporte público de qualidade a preços acessíveis, no que se estará beneficiando os estratos mais carentes da sociedade.

O Projeto foi recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados. Após a leitura nesta Casa, foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), seguindo posteriormente à apreciação da Comissão e de Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

A competência desta CI para apreciar a matéria advém do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A iniciativa para a proposição tem respaldo nos arts. 48, I; 61; 24, I; e 195, I, *b*, todos da Constituição Federal.

O Projeto, de suma importância, antecedeu a Medida Provisória nº 617, de 2013, análoga, mas um pouco menos abrangente, e tem como grande mérito o incentivo ao transporte coletivo urbano, bastante abandonado nas últimas décadas e cuja baixa qualidade foi o alvo primeiro das manifestações de rua espontâneas que se sucedem em todo o País desde junho deste ano.

Não é novidade para ninguém que o preço módico e a qualidade do transporte público dependem em grande medida de subsídio e incentivo dos governos. É assim no mundo inteiro. Subsidiar o transporte público de forma adequada é investir na qualidade de vida e no bem estar da sociedade, o que acaba por ter reflexos importantes, também, sobre a produtividade e competitividade do País.

A prioridade que deve merecer o transporte público decorre da inviabilidade do desenvolvimento pautado no transporte individual, rumo seguido pelo Brasil há algumas décadas. O aumento indiscriminado de automóveis particulares, além de demandar constantes intervenções e obras do Poder Público, que tendem ao esgotamento por falta de condições físicas das grandes cidades, acaba por criar grandes engarrafamentos e empecilhos à locomoção das pessoas. Pior do que a irritação decorrente e do tempo de vida desperdiçado são a poluição ambiental, com os

3

consequentes efeitos nocivos sobre a saúde, e o péssimo aproveitamento energético advindo da queima improdutiva de combustíveis fósseis.

A tributação sobre atividades essenciais à população, como a incidente de contribuições sociais sobre os transportes coletivos, vai contra a ideia de que os tributos existem para garantir sustentação a uma sociedade justa e o custeio de atividades essenciais ao bem estar da população. Por isso o nosso apoio ao presente projeto, que retira componente importante do custo dos transportes urbanos, todo ele de responsabilidade do Governo Federal, já que as contribuições cujas alíquotas se reduz a zero vão integralmente para o caixa do Tesouro Federal. Assim, contribui-se para a modicidade das tarifas de transportes urbanos municipais, sem repercussão negativa sobre as já combalidas finanças dos demais entes federativos, sobretudo dos Municípios, elo mais fraco da corrente que compõe o Estado brasileiro.

Enfatize-se, também, o acerto do Projeto ao estender o benefício ao transporte coletivo intermunicipal efetuado em regiões metropolitanas regularmente constituídas, medida essa contribui para reduzir o preço das tarifas dos meios de transporte usados pelas camadas mais pobres da população, que tendem a morar mais longe dos locais de trabalho do que as mais abastadas.

No quesito responsabilidade fiscal, segundo informa o Parecer aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Projeto atende às exigências de Lei Complementar (LCP) nº 101, de 4 de maio de 2000. A renúncia de receita estimada para 2013 e para os dois anos seguintes é da ordem de um bilhão e meio de reais e está prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013, bem como será considerada nas respectivas leis orçamentárias seguintes.

Em relação à técnica legislativa, a proposição foi elaborada em conformidade com a legislação de regência (LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998).

4

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PROJETO DE LEI DA CÂMARA № 46, DE 2013

(nº 2.729/2011, na Casa de origem, do Deputado Mendonça Filho)

Dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

Parágrafo único. O disposto no caput alcança também as receitas decorrentes da prestação dos referidos serviços no território de região metropolitana regularmente constituída.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL № 2.729, DE 2011

Dispõe sobre a redução a 0 % (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o Pis/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam reduzidas a 0 % (zero por cento) as alíquotas das Contribuições Sociais para o Pis/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.

Art. 2º O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e nos arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subseqüente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei é conceder um benefício fiscal para as empresas de transporte coletivo urbano de forma a viabilizar a oferta de transporte público de qualidade a preços acessíveis à população de baixa renda e também para estimular o uso do transporte coletivo em detrimento dos veículos particulares.

Trata-se de uma medida de grande alcance social e inteira justiça fiscal uma vez que beneficiará justamente os mais necessitados, os estratos mais carentes da sociedade, que não dispõem de recursos para adquirir ou circular de automóveis.

Além disso, se tivermos um transporte coletivo de qualidade e com preços acessíveis, muitas pessoas que hoje utilizam os automóveis para ir ao trabalho serão estimuladas a deixar seus veículos em casa, diminuindo o grave problema dos engarrafamentos e falta de estacionamento nos grandes centros urbanos.

Ademais, os investimentos em linhas de metrô nos grandes centros urbanos têm se mostrado insuficientes para atender às demandas da sociedade de forma que um estímulo ao transporte coletivo urbano no âmbito dos municípios, revela-se uma medida sensata e compatível com a grandiosidade do problema ora enfrentado.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria para o Brasil como um todo e em especial para os usuários dos transportes coletivos urbanos no âmbito dos municípios, gostaria de pedir o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2011.

Deputado Mendonça Filho

(Às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos)

Publicado no DSF, de 29/06/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

2ª PARTE - DELIBERATIVA



Lido em 08/07/13





SENADO FEDERAL Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

REQUERIMENTO N° 39, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2°, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre os custos e os atrasos ocorridos na construção da ferrovia Transnordestina.

Para apresentar informações e esclarecimentos, discutir o assunto e responder aos questionamentos dos senhores Senadores, sugiro que sejam convidadas para a mencionada audiência as seguintes autoridades:

- Sr. César Augusto Rabello Borges Ministro dos Transportes;
- Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos
 Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em exercício;
- 3. Sr. Benjamin Steinbruch
 Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN),
 empresa controladora da Transnordestina Logística S.A.
 (TLSA).

JUSTIFICAÇÃO

As obras de implantação da ferrovia Transnordestina já acumulam atraso superior a dois anos. Inicialmente prevista para 2010, a data da entrega foi adiada para 2015. Os custos do projeto, por sua vez, praticamente duplicaram em relação ao orçamento original, com a estimativa





SENADO FEDERAL Gabinete do Senador VITAL DO RÉGO

de 4,5 bilhões de reais em 2007 tendo sido recentemente corrigida para 7,5 bilhões.

A revisão do orçamento e da data de conclusão das obras foi objeto de acordo firmado este ano entre o Governo Federal e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), controladora da Transnordestina Logística S.A. (TLSA), que detém a concessão da malha ferroviária do Nordeste e o direito de operar a nova Transnordestina. Fruto do mesmo acordo, a concessão teve o prazo ampliado em mais de três décadas.

O traçado da estrada de ferro tem início no sertão do Piauí e estende-se por 1.728 km até alcançar os portos de Pecém (CE) e Suape (PE). Sua principal função volta-se para o escoamento da produção oriunda das novas fronteiras agrícolas da região, além de favorecer investimentos no semiárido, notadamente aqueles voltados para a exploração de ferro e gesso.

Tendo em conta as mudanças ocorridas na programação do empreendimento e a importância da ferrovia Transnordestina para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, é desejável que o Senado Federal, no exercício da função fiscalizadora que lhe foi atribuída pela Constituição Federal, se capacite para o acompanhamento da matéria, necessitando, para isso, de informações e esclarecimentos.

Essa a razão pela qual requeiro a realização, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de audiência pública sobre o assunto, com a presença dos convidados sugeridos.

Sala da Comissão,

Senador VITAL DO RÊGO

2ª PARTE - DELIBERATIVA



REQUERIMENTO N°, DE 2013- CI (Do Senador VALDIR RAUPP)

Excelentíssimo Senhor Presidente Comissão de Serviços e Infraestrutura - CI Senador FERNANDO COLLOR,

Com fundamento nos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, **requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública** (Mesa Redonda) <u>ser realizada no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia</u> a fim de ser debater a logística de Transportes do Estado de Rondônia integrando o desenvolvimento da Região Norte, bem como o Sistema Nacional de Viação (composto pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transportes de pessoas e bens, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação, estabelecido pela Lei nº 12.379 de 2011), abordando os seguintes temas:

- a) Ferrovia Transcontinental trecho Porto Velho- Vilhena:
- b) BR 319 A BR-319 faz ligação Porto Velho Manaus e foi finalizada no final da década de 70, no contexto de colonização da Amazônia, na década de 90 foi asfaltada, e devido à falta de manutenção se tornou intransitável. Hoje a recuperação dos seus 800 quilômetros, está prevista através de recursos do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal;
- c) Rodovia BR 364 eixo principal que corta o Estado de Rondônia de Vilhena a Porto Velho, no estado de Rondonia (restauração e conclusão das travessias urbanas) as restaurações na rodovia BR- 364 estão inseridas nas obra do PAC 2, do Governo Federal;
- d) Rodovias BR 425 restauração e travessias urbanas nos municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré/ Ponte Brasil Bolívia (Decreto nº 6.858, de 25 de maio de 2009, que

formalizou o acordo celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia);

- e)Projeto de Lei 3129/2008 Rodovia BR 080 (acrescenta no trecho da rodovia os municípios de Buritis, Nova Mamoré e Guajará Mirim, no estado de Rondônia);
- f) Rodovia BR 429, importante rodovia do Estado de Rondônia, inclusa nas obras do PAC, que dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange seis municípios rondonienses, Presidente Médici, alvorada do Oeste, são Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques;
- g) Rodovia BR 421, é uma rodovia federal localizada no estado de Rondônia, que liga a BR 364, KM 516 (trevo de entrada município Ariquemes) até a cidade de Buritis, passando por Monte Negro e Campo Novo, no estado de Rondônia, restauração e manutenção incluída no PAC II;
- h) Rodovia BR174 (projeto para pavimentação no trecho entre os municípios de Vilhena no estado de Rondônia e Juina no estado do Mato Grosso);
- i) Rodovia BR 435 federalizada em 2013;
- j) Transporte hidroviário e a Hidrovia do Rio Madeira;
- 1) Portos;
- m) Aeroportos (Interdição do Aeroporto de Guajará Mirim e situação dos demais aeroportos do Estado de Rondônia);
- n) Sistema Nacional de Viação- SNV.

Para tanto, serão convidadas as seguintes autoridades:

- **1-) Excelentíssimo Sr. César Augusto Rabello Borges –** Ministro de Estado dos Transportes;
- **2-) Excelentíssimo Sr. Fernando Bezerra Coelho** Ministro de Estado da Integração Social;
- **3-) Excelentíssimo Sr. José Leônidas de Menezes Cristino** Ministro de Estado Chefe da Secretaria dos Portos da Presidência da República;
- **4-) Excelentíssimo Sr. Moreira Franco** Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República;

- 5-) Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística;
- **6-) Dr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior** Presidente da VALEC;
- **7-) Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe** Diretor Geral do DNIT/ e Sr. André Reitz, representante do DNIT/RO;
- **8-) Dr. Tarcísio Gomes de Freitas** Diretor Executivo do DNIT
- **9-) Dr. Roger Silva Pêgas** Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT;
- **10-) Dr. José Florentino Caixeta** Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT;
- **11-) Sr. Robson Braga** Presidente Confederação Nacional da Indústria, CNI e Sr. Denis Baú, representante em Rondônia-Federação das Indústrias do Estado de Rondônia-FIERO-;
- 12-) Dr. José Roberto Tadros Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio- CNC/ e Sr. Raniery Araújo Coelho, representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia- FECOMERCIO/RO;
- **13-) Sr. Francisco Ferreira Cabral** Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia (FAPERON);
- **14-) Excelentíssimo Sr. Confúcio Moura** Governador do Estado de Rondônia e seu Secretariado;
- **15-) Deputado Edinho Bez** Coordenador de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional da Câmara dos Deputados;
- 16-) Além de outros indicados por esta Comissão.

JUSTIFICATIVA

O Estado de Rondônia, bem como boa parte dos estados da região Norte do País sofrem com a precariedade dos sistemas de transportes modal (rodovias, ferrovia, hidrovia e aeroportos) decorrente da falta de logística no setor, que pode ser considerada como uma das barreiras para o desenvolvimento econômico e social da região. Dessa forma, é necessário discutir as diretrizes adotadas pelo governo federal a fim de interligar as regiões Norte e Sul do país, além das alternativas para resolver problemas de infraestrutura, ainda existentes, que entravam o escoamento da produção agrícola e dificultam a exportação e importação na região.

A Mesa Redonda será importante, ainda, para discutir o Sistema Nacional de Viação, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC II, dentre elas destacam-se: a restauração da BR 364, que interliga a região Norte ao Centro-Oeste do país; a restauração da BR 425 construída há mais de 30 anos, que liga Abunã, Distrito de Porto Velho, a Guajará-Mirim, a construção das pontes sobre o Rio Madeira e sobre o Rio Abunã, que interliga o estado de Rondônia e Acre, além da pavimentação asfáltica da BR 174, que liga Vilhena/RO à divisa com o Mato Grosso no sentido de Juína/MT e a inclusão de obras de restauração da BR 080, que interliga os Municípios de Buritis/RO, Nova Mamoré/RO e Guajará-Mirim/RO, na fronteira com a Bolívia, além dos portos e aeroportos no estado de Rondônia.

Por essas razões, esperamos promover o debate desse tema por meio da aprovação por nossos Pares deste requerimento.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 2013

Senador VALDIR RAUPP